

Sarney sente o peso da responsabilidade

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney não faz mais segredo de sua preocupação com a imensa carga que pesa sobre seus ombros. Ultimamente o presidente tem desabafado com alguns amigos que o atual regime de governo precisa ser alterado, sob pena de ninguém mais suportar tantos problemas submetidos à decisão de um só homem.

Sem falar diretamente em regime parlamentarista, Sarney tem deixado escapar a expressão "governo colegiado", quando se refere à divisão de responsabilidades nas decisões de Estado. Seria um parlamentarismo à brasileira, copiando o modelo francês. De qualquer forma, é um indício. O regime poderá sofrer mudanças, durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte.

Sarney sempre foi um chefe de governo ciente dos problemas que teve de enfrentar, desde o momento em que seu nome foi apresentado a Tancredo Neves pela direção da Frente Liberal — a dissidência do PDS que permitiu a vitória de Tancredo sobre Maluf. Na ocasião surgiram notícias de que setores do PMDB iriam vetar Sarney, e o então vice-presidente Aureliano Chaves foi taxativo: se a Frente Liberal não vota Tancredo, o PMDB não pode vetar Sarney. E tudo deu certo. Ou quase.

Ainda na noite de quarta-feira passada, na demoradíssima reunião ministerial, o presidente da República, sem conseguir esconder sua emoção, lembrou as circunstâncias trágicas que o fizeram subir a rampa do Palácio do Planalto no lugar de Tancredo Neves. O saudoso político mineiro, embora eleito pelo voto indireto de um desprestigiado colégio eleitoral, tinha uma grande bagagem — o apoio da sociedade. A rua queria ver Tancredo presidente, e não Sarney. O vice-presidente eleito estava preparado para as horas de estudo, de meditação, de leitura. Teria tempo de escrever no Palácio Jaburu.

Tudo mudou e Sarney teve de mudar. Desde o primeiro dia sentia-se a natural inibição do substituído do primeiro. No início deste ano Sarney teve de alterar seu Ministério — saiu quem não queria ficar, ficou quem não queria sair.

Da reforma ministerial o governo partiu para a reforma econômico-financeira, do Cruzado I. Sarney atingiu o máximo em popularidade. Ninguém ousava criticar o governo, muito menos o presidente. O PMDB fez as pazes com o Planalto. Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga voltaram a sorrir — para o presidente e entre eles mesmos. O PFL se sentia em casa.

A campanha eleitoral correu muito bem, até quase no final. As filas da carne, do leite, do frango, as notícias de que estava faltando este ou aquele produto começaram a incomodar. No Rio, o PDT de Brizola, em São Paulo a CUT-PT de Lula sentiram que poderiam abrir a boca,

criticando — quem diria — o governo do Cruzado.

O resultado das urnas foi a melhor resposta aos "contra" que o Planalto poderia conhecer — Norte a Sul só deu PMDB. Com o PFL, o governo terá 80% da Assembléia Constituinte. Nenhum opositorista foi eleito governador. As comemorações ainda estavam no meio quando foi pessimamente anunciado o segundo plano — confirmando o que o então porta-voz Fernando César Mesquita tentava desmentir.

A auréola de Funaro dissipou-se. Ele virou um ministro comum, normal, mais um ministro da área econômico-financeira que pode errar, como qualquer mortal. Os milagres pararam e surgiu a realidade — como na novela. Todo o peso das decepções, da incompreensão, da frustração, dos mal-entendidos, caiu e continua caindo sobre a cabeça de um só — José Sarney.

Já foi dito, muitas vezes, que o poder é solitário. Agora, mais do que nunca, Sarney está sentindo o drama da solidão, do isolamento ao decidir tudo, ao dar a última palavra, sempre.

O Ministério é o Ministério — auxiliares diretos, primeiro escalão, mas sempre auxiliares. O que o presidente está sentindo é a necessidade de dividir responsabilidades. Não dá para conduzir um país como o nosso da forma que vem sendo feita desde o início do presidencialismo.

O chefe de governo não disse, ainda, se gostaria de ver implantado o parlamentarismo entre nós, a curto prazo. Mas tem deixado claro, em conversas recentes com parlamentares e autoridades, que o regime precisa ser revisto. O governo colegiado seria o ideal — certamente para dividir as questões de Estado e de governo.

As observações do presidente Sarney coincidem com a antiga pregação de alguns ministros do PFL — Marco Maciel e Jorge Bornhausen, principalmente — pelo parlamentarismo, assegurada a eleição direta do presidente da República.

No parlamentarismo brasileiro, o Congresso teria co-participação na administração, na condução de todos os problemas governamentais, sem qualquer exceção, incluindo-se a questão da segurança nacional, as relações externas, os problemas internos. Seria do Parlamento o chefe de governo, com o chefe de Estado (presidente) eleito no voto direto. Cada ministro seria responsável perante o Parlamento. O Parlamento seria responsável pelo Ministério.

Num regime assim preconizado não aconteceria, jamais, o que aconteceu em novembro, com os ministros da área econômica convencendo o presidente da República da eficiência e da necessidade do novo Plano Cruzado. Se era necessário e urgente, teria de ser feito há mais tempo. Se não era tanto, poderia aguardar mais um pouco. A responsabilidade seria de muitos e não bastaria Ulysses ouvir, dizer que gostou e aprovar.